

FOCO NARRATIVO: ESCOLHA DO HERÓI E TOMADA DE PARTIDO NA APRESENTAÇÃO DA POESIA BRASILEIRA, DE MANUEL BANDEIRA

Daiane Glaeser de Oliveira (FURG)

O presente trabalho objetiva analisar o foco narrativo da obra *Apresentação da poesia brasileira*, de Manuel Bandeira, no que diz respeito à tomada de partido do narrador desvelando os juízos de valores presentes em seu discurso e consequentemente os heróis destacados nessa historiografia.

Embora a objetividade, durante longos anos tenha sido exaltada como fator científico não só no âmbito da história como em todas as outras áreas, hoje, sabemos que o sujeito que conhece não consegue desvincular-se de sua “personalidade socialmente condicionada no quadro de uma realidade histórica concreta” (SCHAFF, 1983:284). Por isso, de acordo com Adam Schaff (1983), partimos da ideia de que todo historiador é um ser humano assim como todos os outros e, portanto, ele não está livre de suas características inerentes à sua raça. Ainda, o teórico afirma que a objetividade dita pura é uma ficção, já que a subjetividade é inserida em qualquer processo de conhecimento pelo próprio fato de existir aquele sujeito que conhece. “O sujeito desempenha um papel ativo no conhecimento histórico, e a objetividade desse conhecimento contém sempre uma dose de subjetividade. Se não, esse conhecimento seria a-humano ou sobre-humano” (SHAFF, 1983:280).

Dialogando com essa concepção, David Perkins (1999) levanta o olhar para a historiografia literária, apontando o papel de desejos conscientes e inconscientes na história narrativa da literatura. Conforme o teórico, não há como negar as emoções presentes no ato de escrever uma história literária, a questão imprescindível, então, seria saber até que ponto essas emoções dão forma ao trabalho do historiador da literatura.

Além disso, o conceito de moralidade comum anunciado por David Perkins (1999) procura delinear uma alternativa ao fator subjetivo impregnado no que chamamos verdade histórica. Conforme o teórico, os historiadores da literatura deveriam ter consciência de seus próprios desejos que motivam o ato de escrever uma história da literatura, e além disso, exteriorizar e deixar claro ao público leitor seu posicionamento.

Partindo desses pressupostos, direcionamos nosso olhar ao papel explicativo e informativo que os prefácios possuem nas historiografias literárias. É neles que muitas vezes o leitor encontra explícito as motivações e as intenções de escrita de uma história literária. No entanto, a obra aqui analisada, intitulada *Apresentação da poesia brasileira*, de Manuel Bandeira, não possui um prefácio tampouco uma introdução. Nesse sentido, o leitor principia a leitura dessa história literária percorrendo caminhos que são desconhecidos. Há de se levar em conta, a existência de um pequeno posfácio, no entanto, as considerações são realizadas pelo crítico Otto Maria Carpeaux, que se limita em comentar a figura de

Manuel Bandeira enquanto poeta. Schaff (1983) também se refere à consciência do autor na seguinte passagem:

O único meio de dominar a ação deformante do fato subjetivo é tomar consciência da sua natureza da ação. Quanto mais conhecemos os conteúdos e as modalidades da intervenção do sujeito no conhecimento, melhor conhecemos, quantitativa e qualitativamente, as propriedades do objeto. (SCHAFF, 1983)

Portanto, conforme explícito acima, tanto para Schaff como para Perkins a chave principal para compreender a ação deformante do sujeito na busca pela verdade histórica é a autocrítica, é o próprio conhecimento de suas limitações e de seus subjetivismos.

O sujeito que conhece – o historiador da literatura – por fazer parte ativamente de uma sociedade situada num tempo histórico e ideológico é, portanto, dependente das diferentes determinações sociais em função das quais introduz no conhecimento elementos de subjetividade diversos. O seu próprio conhecimento é também determinado socialmente. É por essa perspectiva que se pode explicar as diferentes interpretações literárias e as diferentes tomadas de partido existente em uma construção de História da Literatura. David Perkins (1999) revela que essa tomada de partido pode ser negativa enquanto atitude acrítica, no entanto, um historiador da literatura pode ser fortemente partidário desde que revele sua posição, para que os seus leitores tenham o conhecimento das perspectivas de escritores que são assunto na sua história da literatura. É este caminho que percorreremos a fim de descontar alguns aspectos subjetivos impregnados nas tomadas de partido exercidas pelo autor Manuel Bandeira, que embora não estejam explícitas em um prefácio ou em uma introdução, se encontram por trás de seu discurso colaborando com a formação do cânone da poesia brasileira.

Dirigindo-se ao conteúdo da aludida obra, evidencia-se que Manuel Bandeira divide sua historiografia em cinco capítulos, conforme os períodos ou escolas literárias brasileiras, intitulados: Gongorizantes e árcades, Românticos, Parnesianos, Simbolistas e Modernistas. Didaticamente, ao analisar as escolhas dos heróis através das tomadas de partido por parte do historiador literário, procuraremos perpassar toda a extensão dessa historiografia, período por período, apontando algumas passagens relevantes que justificam e exemplificam nossas considerações nesta análise.

Considerando, então, a primeira parte da *Apresentação da poesia brasileira*, percebe-se que Manuel Bandeira condensa dois períodos literários – o barroco e o arcadismo – em um único capítulo. Fato esse que desvela, certa desvalorização destes períodos com referência aos demais.

Além disso, Bandeira inicia este capítulo assumindo que a poesia no Brasil começa com a literatura de cunho religioso, realizada pelos catequistas da Companhia de Jesus. No entanto, o autor escolhe como herói do barroco brasileiro o poeta Gregório de Matos,

conforme o trecho a seguir: “O que não sofre dúvida é que a primeira grande figura da poesia brasileira só aparece na segunda metade do século XVII, na pessoa do baiano Gregório de Matos [1636-95]” (BANDEIRA, 2009:11).

Mesmo reconhecendo Gregório de Matos como um herói da poesia barroca e reforçando sua posição no cânone da Literatura brasileira, Manuel Bandeira critica tanto a postura social assumida por Gregório de Matos como sua produção poética, referindo-se à fama, que carrega o poeta, de plagiador: “não tinha escrúpulos em plagiar Góngora e Quevedo; casando-se com uma viúva, procedia de tal forma, que a esposa teve de fugir do lar e acolher-se à casa de um parente (...)” (BANDEIRA, 2009:12). A citação acima explica também a terminologia usada neste capítulo – *Gongorizantes* – referindo-se tanto à influência que a poesia barroca brasileira recebeu do poeta espanhol de estilo barroco Luis de Góngora y Argote, quanto ao relato de plágio realizado por Gregório de Matos.

Ainda, quanto à obra de Gregório, Bandeira relata:

A importância de Gregório de Matos lhe advém da parte satírica de sua obra, a primeira que reflete em versos a sociedade da colônia, com o seu mestiçamento, o parasitismo português, os desmandos sexuais e outros males. Não foi um grande poeta, mas era uma personalidade forte, a primeira que assim se afirmava no Brasil (...). (BANDEIRA, 2009:14-15)

Retirada da última página dedicada ao poeta, essa citação reafirma a importância da figura de Gregório de Matos na Literatura brasileira, todavia, novamente, explicita uma crítica negativa à sua poesia, reforçando e dialogando com a denúncia de que o poeta era um plagiador.

Embora a personalidade de Gregório de Matos seja exaltada por Manuel Bandeira, o desprestígio de sua poesia, como vimos acima e também de todo o período barroco da poesia brasileira é novamente invocado na seguinte citação: “Tão mesquinha foi a nossa poesia na primeira metade do século XVIII, que um fraco poeta como o frei Manuel de Santa Maria Itaparica [1704-68?], por se destacar dos demais, mereceu entrada em todas as nossas histórias literárias” (BANDEIRA, 2009:18). Nesse trecho, é evidente o juízo de valor que Manuel Bandeira demonstra ao se reportar à poesia da segunda metade do século XVIII, em que o termo “tão mesquinha” é o principal adjetivo revelador da concepção negativa desse período. Considerando, ainda, o que Bandeira sustenta sobre o frei Manuel Santa Maria Itaparica, vimos que assim como as poesias de seu tempo, esse poeta também é desprestigiado pelo historiador.

Na sequência desse capítulo, Manuel Bandeira se reporta ao período Arcádico, trazendo à tona a chamada *escola mineira*, em que o historiador literário descreve a vida e a obra dos seis poetas principais, de acordo com suas palavras: Cláudio Manuel da Costa, Alvarenga Peixoto, Silva Alvarenga, Basílio da Gama, Santa Rita Durão e Tomás Antônio Gonzaga. Esse último, foi quem mais ganhou destaque dentre os poetas árcades, não só

pela extensão das páginas reservadas a Gonzaga, como também pela atribuição de autoria das *Cartas Chilenas* (1845), “um dos problemas mais debatidos da crítica em nossa literatura” (BANDEIRA, 2009:26).

O autor da *Apresentação da poesia brasileira*, discordando de Silvio Romero, sustenta a ideia de que foi Gonçalves de Magalhães [1811-82] o grande precursor do nosso Romantismo, através do artigo intitulado “Ensaio sobre a história da Literatura do Brasil – Estudo preliminar”, publicado em 1836 no primeiro número da revista *Niterói*, editada em Paris por um grupo de brasileiros e pela sua obra *Suspiros poéticos e saudades*, também do mesmo ano:

A glória de Magalhães, como iniciador, tem sido contestada. Silvio Romero e outros críticos rastrearam em poetas anteriores, desde o grupo mineiro, certas características do espírito romântico. Elas existem, é fato, mas só com Magalhães as vagas tendências se organizaram em doutrina e movimento, não espontaneamente aliás, porém graças à influência de igual movimento na França e em Portugal. (BANDEIRA, 2009:44).

Apontou, também, a evolução romântica em três fases, incluindo os poetas: Domingos José Gonçalves de Magalhães, Manuel de Araújo Porto-Alegre [1806-79], e Gonçalves Dias [1823-64] na primeira. Segundo Bandeira, (2009:52): “a verdade é que tanto Magalhães como Porto-Alegre não eram românticos de natureza, nem tinham em si a autentica imaginação e sensibilidade poéticas. Essas que as possuiu e em grau eminentemente foi Gonçalves Dias. Vê-se, portanto, que embora Manuel Bandeira tenha lançado uma tríade de poetas como cânones da primeira geração do Romantismo, é evidente que como herói, o autor destaca Gonçalves Dias.

Alvares de Azevedo [1831- 52] é o poeta considerado Cânone da segunda geração dos Românticos. É a ele, o único do período, a quem Manuel Bandeira reserva cinco páginas de sua historiografia literária dedicadas à sua vida, obra e crítica literária. Após Alvares de Azevedo, Bandeira lista alguns nomes em um único parágrafo e se estende um pouco mais ao relatar sobre Laurindo Rabelo [1826- 64], Cassimiro de Abreu [1839-60], Junqueira Freire [1832-55], Francisco Otaviano de Almeida Rosa [1825-89] e Joaquim de Souza Andrade [1836- 1902].

A terceira geração da poesia romântica é representada na Apresentação da poesia brasileira por Luís Nicolau Fagundes Varela [1841-75] e Antônio de Castro Alves [1847-71]. Segundo Manuel Bandeira, “Castro Alves foi a última grande voz da poesia romântica. Sobrevivem-lhe Machado de Assis e Luiz Delfino, nascidos antes dele e influenciados posteriormente, pelos parnasianos o primeiro, por parnasianos e simbolistas o segundo” (BANDEIRA, 2009:91). No entanto, Bandeira finaliza o capítulo dedicado ao Romantismo se limita em dar espaço à Machado de Assis [1839-1908].

Quanto ao capítulo dedicado ao Parnasianismo, pode-se dizer que Manuel Bandeira não deixa de explicitar a importância de Luiz Delfino dos Santos [1834-1910] e Antônio José Gonçalves Crespo [1846-83]. No entanto, “da primeira geração Parnasiana cumpre destacar os quatro grandes nomes de Alberto de Oliveira, Raimundo Corrêa, Olavo Bilac e Vicente de Carvalho” (BANDEIRA, 2009:102).

Afunilando ainda mais as escolhas dos heróis que constroem o cânone da Literatura brasileira, dentre os quatro grandes nomes da primeira geração parnasiana Manuel Bandeira aponta Vicente de Carvalho, poeta cuja produção literária possui o merecimento de ser elevado ao cânone, conforme citação a seguir:

Estava o seu nome esquecido ao tempo em que se falava de Alberto de Oliveira, Raimundo Corrêa e Bilac como os únicos poetas de sua geração fadados a sobreviver. (...) Mas a publicação em 1902 do poema *Rosa, rosa de amor*, seguida seis anos depois das dos *Poemas e canções*, veio revelar um quarto mestre em nada inferior aos outros, e a certos aspectos mesmo superior – mais vario, mais completo, mais natural, mais comovido” (BANDEIRA, 2009:116).

Já com referência ao Simbolismo, Manuel Bandeira admite como figura central, o poeta João da Cruz e Souza [1863-98], embora tenha explicitado na citação seguinte, um juízo de valor negativo com relação à sua produção artística chamando-a de deficiente:

Dos sofrimentos físicos e morais de sua vida, do seu penoso esforço de ascensão na escala social, do seu sonho místico de uma arte que seria uma “eucarística espiritualização”, do fundo indômito do seu ser de “emparedado” dentro da raça desprezada tirou Cruz e Souza os acentos patéticos que, a despeito das suas deficiências de artista, garantem a Perpetuidade de sua obra na literatura brasileira (BANDEIRA, 2009:126).

Após Cruz e Souza, o segundo nome recordado por Bandeira é o de Alphonsus de Guimarães [1870-1921]. Manuel Bandeira destaca, ainda, alguns nomes, os quais também fizeram parte da primeira geração simbolista. Vê-se portanto, que novamente, o historiador se vale desse recurso cujas simples citações dão conta da tentativa de abranger em uma história da Literatura os principais nomes de poetas reconhecidos como pertencentes ao cânone literário e que, todavia, não ganham destaque nas referidas obras.

Como exemplo, segue o trecho em que Bandeira lista alguns nomes da primeira geração simbolista do Brasil:

A primeira geração simbolista desapareceu quase sem deixar livros; os que se publicaram estão esquecidos, salvando-se apenas alguns nomes – SILVEIRA NETO [1872-1945], EMILIANO PERNETTA [1866-1924], do grupo do Paraná, PEREIRA DA SILVA [1877-1944], paraibano. (BANDEIRA, 2009:139)

Referindo-se ao recurso de listar vários nomes em um único parágrafo, conforme cabe explanar sobre o que Perkins (1999) afirma sobre a historiografia literária. Qualquer narrativa na tentativa de representar o passado e explicá-lo parecerá incompleta, pois não

há uma história da literatura capaz de abarcar todos os autores e todas as obras produzidas desde os primórdios até a contemporaneidade. Nessa perspectiva, temos a contribuição de Schaff (1983), que ao referir-se à possibilidade de superar a influência do fator subjetivo na construção da verdade histórica, aponta como único caminho o acúmulo de contribuições individuais que colocam em relevo alguns aspectos transparecendo verdades imparciais. Para ele, a solução é encarar a verdade histórica como um processo social, ultrapassando o conhecimento individual tão necessário para a formação desse processo.

Considerando, ainda, o período simbolista, Manuel Bandeira insere Augusto dos Anjos [1884-1914] em sua historiografia literária e não se limita em descrever sua vida e obra. Augusto dos Anjos é um dos poucos poetas a quem Bandeira, remonta à relevância da recepção de sua obra pelos leitores:

É curioso constatar que enquanto outros poetas de expressão mais acessível vão deixando de ser lidos, as edições do *Eu* se sucedem (e é de 1963 a 29.^a), donde se pode concluir que o público integrou o nome do grande poeta paraibano no patrimônio definitivo da lírica brasileira, e um crítico como Otto Maria Carpeaux, tão versado na poesia de todos os tempos e de todos os países, não hesita em qualifica-lo “o mais original, o mais independente” de todos os poetas mortos do Brasil. (BANDEIRA, 2009:143)

Sobretudo, a primeira vê que se tem, explicitamente, um juízo de valor assumido por Manuel Bandeira é no seguinte trecho: “Augusto dos Anjos morreu aos trinta anos. Não creio, porém, que, se vivesse mais, atenuasse as arestas de sua expressão formal” (BANDEIRA, 2009:146). Diferentemente de outras marcas sutis, como as adjetivações, em que se percebe as tomadas de partida exercidas por Bandeira, nessa passagem ele assume seu discurso através do uso do verbo “crer” em primeira pessoa do singular.

Como em todas as outras histórias literárias, a *Apresentação da poesia brasileira* define como marco inicial do Modernismo brasileiro a semana da Arte Moderna, realizada em 1922. Neste capítulo, Manuel Bandeira reserva algumas páginas a descrever as características e motivos pelos quais o movimento surgiu e visivelmente os poetas Mario de Morais Andrade [1893-1945], Oswald de Andrade [1890-1954], Ronald de Carvalho [1893-1935] e Ribeiro e Couto [1898-1963] são os que mais se destacam dentro da própria compilação de poetas modernistas.

Na sequência da obra, Manuel Bandeira destaca os poetas paulistas Menotti del Picchia, Cassiano Ricardo, Raul Bopp e Sergio Milliet Rodrigues de Abreu, pertencentes ao grupo do manifesto Verde Amarelo, bem como a poetisa Cecília Meireles [1901-64] inserida na corrente de poetas da revista *Festa*.

Sobre Cecília Meireles, Bandeira deixa-se demorar um pouco mais a fins de marcar a sua relevância artística:

O que logo chama a atenção nos poemas de Cecília Meireles é a extraordinária arte com que estão realizados. Nos seus versos se verifica mais uma vez que nunca o esmero da técnica, entendida como informadora e não simples decoradora da substância, prejudicou a mensagem de um poema. (BANDEIRA, 2009:185)

A partir desse momento, é visível a diminuição de espaço direcionado aos poetas mais contemporâneos. Bandeira compila as informações consideradas mais importantes e se limita em escrever apenas parágrafos referentes aos poetas mineiros, rio-grandenses e nordestinos.

Manuel Bandeira ainda transcorreu sobre a produção poética de Augusto Frederico Schmidt [1906-65], que segundo o historiador, foi quem reagiu contra o espírito da primeira geração dos modernistas.

Há quem lamente uma certa monotonia na obra abundante de Schmidt. Por mim penso que o melhor do Poeta estava precisamente nessa persistência de harmônicos elegíacos, que como os velhos profetas, lhe conferem um timbre próprio e o situam numa grandeza solitária como a daquela sua estrela “imagem de um desespero sem forma” (BANDEIRA, 2009:207).

Na citação acima, mais uma vez, Manuel Bandeira deixa evidente a tomada de partido impregnada de subjetivismo sobre o poeta descrito por ele. Após Schmidt, os poetas Vinicius de Moraes [1913-80], Lúcio Cardoso [1913-68] e Alphonsus de Guimarães Filho [1918-2008] também mereceram ganhar destaque nos pequenos períodos dedicados aos poetas do nosso modernismo. Com relação aos poetas representantes da chamada geração de 45 e dos recentes movimentos como o concretismo, o neoconcretismo e a poesia-práxis, novamente, o historiador literário se valeu do recurso das meras citações.

Com relação à subjetividade do sujeito que conhece e a tomada de partido em uma história da literatura, sabe-se que mesmo sem muitos indícios, o próprio ato de reunir alguns autores e deixar fora da historiografia outros é uma tomada de partido diante dos nomes que merecem ser reconhecidos ou não como participantes de um sistema literário. Além disso, ao analisar uma história da literatura, percebemos que alguns escritores ganham destaque em várias páginas, com trechos de textos citados e etc., enquanto alguns são meramente citados em uma única linha. Esses são alguns exemplos que nos fazem refletir sobre a tomada de partido e a influência do fator subjetivo do sujeito na historiografia literária que tem como consequência a formação de um cânone.

Dessa forma, acredita-se que ao longo desse trabalho, tenha sido possível compreender a presença da subjetividade e dos juízos de valores impregnados no foco narrativo de uma história literária que influenciam nas formação do cânone literário brasileiro.

Referências

BANDEIRA, Manuel. *Apresentação da poesia brasileira*: seguida de uma antologia. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

PERKINS, David. História da literatura e narração. *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*, Porto Alegre, v. 3, n.1, mar. 1999.

SCHAFF, Adam. A objetividade da verdade histórica. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p. 279-310.